



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - MPMA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - PGJ  
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP



PLANO PEDAGÓGICO

<b>CURSO:</b> RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS'S	
<b>MODALIDADE:</b> EAD	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 8h/a
<b>PALESTRANTE</b> Márcio Rocha Gomes - Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, pós-Graduado em Gestão Tecnológica e Inovação pelo ISAN/FGV. Auditor Estadual de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Gerente do Núcleo de Fiscalização responsável por coordenar as prestações de contas de todos os entes e poderes dos municípios e do Estado do Maranhão, bem como as apreciações dos Atos de Pessoal Sujeitos a Registro (Aposentadoria, Pensão, Reforma e Transferências).	

<b>UNIDADE (Órgão solicitante/parcerias)</b>  1. MPMA;  2. TCE;  3. ESMP.		
<b>Local:</b> Plataforma Google Meet	<b>Público Alvo/Vagas:</b> Membros e servidores do MPMA, e servidores do TCE, mediante inscrição. 250 vagas.	<b>Data/Horário:</b> Dias 17/09, 24/09, 01/10, 08/10 de 2020. Das 15h às 17h.

<b>EMENTA</b>  O curso visa capacitar membros do Ministério Público Estadual para que os mesmos adquiram <i>expertise</i> na gestão previdenciária, melhorando assim o conhecimento necessário as atribuições de defesa do patrimônio público, bem como oferecer aos membros do Ministério Público Estadual a oportunidade de entender a legislação constitucional e infraconstitucional que permeia a matéria, de forma clara, objetiva e descomplicada; Ainda, entender de forma prática a importância de algumas ferramentas de gestão utilizadas pelo Ministério da Previdência Social para colher informações de caráter gerencial, instrumentos que ajudam a compreender assim a lógica de funcionamento dos regimes próprios. Os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos da União, Estados e Municípios são edificados sob os pilares da contributividade e solidariedade, assim como do equilíbrio financeiro e atuarial.
--



## PLANO PEDAGÓGICO

Entretanto, para alcançar tal desiderato, faz-se necessário o cumprimento, pelos seus gestores, das normas que regulamentam a sua criação, da mesma forma as orientações do Ministério da Previdência Social.

No controle dos atos dos dirigentes dos RPPS`S verdadeira rede de órgãos públicos agem em defesa do patrimônio público, razão pela qual entender a lógica do funcionamento dos regimes próprios, as legislações que regulamentam seu funcionamento e as obrigações que os gestores dos mesmos estão sujeitos é fundamental para poder atuar na salvaguarda do bem maior destes entes, os recursos e reservas previdenciárias.

### PROGRAMAÇÃO

1. Instrumentos Legais que autorizam e disciplinam os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS
  - a. Constituição Federal;
  - b. Lei nº 9.717/98 – Lei Geral da Previdência no Serviço Público;
    - i) Princípios, Forma de Constituição, Caráter contributivo/Base legal;
    - ii) Alíquota de contribuição/Limites;
    - iii) Responsabilização/Limites;
    - iv) Supervisão, Orientação e Fiscalização;
    - v) Utilização dos Recursos Previdenciários/Taxa de Administração;
    - vi) Sanções por descumprimento das normas;
  - c. Lei nº 10.887/04 – Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41/03, altera dispositivos da Lei nº 9.717/98;
  - d. Portarias do Ministério da Previdência.
2. Estrutura de Governança
  - a) Unidade Gestora Única;
  - b) Conselho Administrativo;
  - c) Conselho Fiscal;
  - d) Comitê da Política de Investimentos;
  - e) Área de Atendimento ao Público;
  - f) Área Administrativa;
  - g) Área Financeira/Contábil;
  - h) Área Jurídica;
  - i) Área de documentação/Segurança de Informações



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - MPMA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - PGJ  
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP



**PLANO PEDAGÓGICO**

3. Sistemas de Informação obrigatórios aos RPPS`s (arrecadação e gestão dos recursos)

- a) CADPREV – WEB;
- b) Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR;
- c) Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR;
- d) Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN;
- e) Base Cadastral/ Censo Previdenciário / DRRA;

4. Instrumentos Gerenciais de Controle

- a) Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP;
- b) Indicador de Situação Previdenciária – ISP;
- c) Pró-Gestão RPPS – Certificação Institucional.

**METODOLOGIA**

A capacitação será realizada de forma telepresencial, por plataforma eletrônica, do tipo Google Meet ou Zoom, uma vez por semana, com carga horária de 02 (duas) horas semanais, nos seguintes horários: 15:00hs as 17:00hs. A duração do minicurso será de 08 (oito) horas, perfazendo um total de quatro semanas de atividades teóricas e práticas. Desenvolvimento do curso: explanações teóricas do tema, alinhadas a “estudos de caso”, com recursos que possibilitem a interação entre os participantes e a construção das melhores práticas de controle referentes a temática, com base na troca de experiência entre os participantes.

**PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO:**

- Participação em sala virtual;
- Responder questionário de avaliação do evento.